



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA
GABINETE DE ARTICULAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO NO ESTADO DE RONDÔNIA (GAEPE/RO)
ATA DA REUNIÃO GAEPE – 11/06/2021
(31ª REUNIÃO)

Aos onze dias do mês de junho do ano de 2021, reuniram-se, por videoconferência: Paulo Curi Neto, Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado, representando a Egrégia Corte de Contas; Ivonete Fontinelle de Melo, Procuradora de Contas do Ministério Público de Contas do Estado (MPC/RO); Suamy Vivecananda Lacerda de Abreu, Secretário de Estado da Educação (SEDUC/RO); Valmir Souto, Coordenador de Processo e Planejamento da SEDUC/RO; Marta de Souza Costa Brito, Diretora Administrativa Financeira da SEDUC/RO; Wanderlei F. Leite, da Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) da SEDUC/RO; Luslarlene Fiamett, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/RO); Flávia Serrano, coordenadora estadual da Covid-influenza e representante da Agência de Vigilância Sanitária do Estado de Rondônia (AGEVISA/RO); Celene Gomes, representante e Chefe de Gabinete da Presidência da Associação Rondoniense de Municípios (AROM); Agenor Fernandes de Souza, Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação de Rondônia (CEE/RO); Augusto Pellucio, Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino de Rondônia (SINEPE/RO); Alessandra Gotti e Ismar Barbosa da Cruz, representando o Instituto Articule; Rita de Cássia Paulon, Professora e Consultora; Glauca Negreiros, Secretária Municipal da Educação de Porto Velho/RO; Zenilda Terezinha Mendes da Silva, Secretária Municipal da Educação de Cerejeiras/RO, bem como diversos titulares e/ou representantes de Secretarias Municipais de Educação, a fim de discutirem a pauta que havia sido disponibilizada com antecedência. Registre-se a participação especial do Sr. Fernando Padula Novaes, Secretário Municipal de Educação de São Paulo/SP.

1) O que foi discutido

Inicia-se a reunião com os cumprimentos do Presidente PAULO CURTI, que aproveita também para agradecer a presença do Sr. Fernando Padula, Secretário Municipal da Educação da cidade de São Paulo/SP.

É passada a palavra para a Dra. ALESSANDRA, que destaca a importância do GAEPE/RO como uma governança colaborativa, voltando-se para o enfrentamento da pandemia na área da educação, abarcando também pautas estruturais permanentes como a Educação infantil e a alfabetização na idade certa de forma paralela. Traz a perspectiva da cidade de São Paulo no cenário da educação infantil, e a consequente ampliação das vagas nas creches, entre outros avanços.

O Secretário FERNANDO agradece o convite e cumprimenta os presentes. Fala sobre a educação infantil em seu município, informando que a rede de ensino atende mais de 1 milhão de alunos, empregando cerca de 120.000 profissionais da educação. Compartilha sua tela e demonstra os avanços colhidos na cidade nos últimos anos através da expansão da oferta de vagas por meio de três estratégias continuadas: unidades diretas, unidades indiretas (construídas pelo governo, mas geridas pelo 3º setor) e unidades parceiras (equipamento e gestão privada). Destaca que foi mantida a quantidade de alunos por salas, mas deu-se amplitude na oferta de unidades. A fila de espera em suas creches foram zeradas em 2020. Acerca das creches conveniadas (unidades parceiras), explica que elas são destinadas ao atendimento preferencial de crianças entre 0 e 3 anos e 11 meses. Apresenta ainda outras ações desenvolvidas, como a construção de mais creches, o incentivo aos pais para realização de matrículas, a criação do programa Bolsa Primeira Infância, do programa Mais Creche, Mãe Paulistana (creches), e do *Baby-TEG* (Transporte Escolar Gratuito).

A Dra. ALESSANDRA agradece o exposto e parabeniza os alcances obtidos. Passa a palavra para a Sra. LUSLARLENE, a qual fala sobre o contexto educacional em Rondônia, bem como que tem se visado alcançar os mesmos resultados de São Paulo, principalmente no tocante à primeira infância.

A Secretária GLAUCIA pede a palavra e parabeniza o trabalho feito no município de São Paulo. Fala sobre a experiência em Porto Velho, e pede maiores explicações sobre os avanços na comunidade paulista, principalmente quanto à rede conveniada (unidades diretas e indiretas). Informa que atendem 18% da demanda em creches da rede municipal, envolvendo crianças de 0 a 3 anos, e que se planeja aumentar esse número até 2024. O Secretário FERNANDO fala um pouco mais sobre as redes indicadas, informando que os documentos administrativos utilizados seriam compartilhados como base para avanços desse tema em Rondônia.

O Presidente PAULO CURTI se manifesta e destaca que a questão da terceirização seria um ponto de bastante interesse aos presentes. Faz duas perguntas ao Secretário: qual o percentual de alunos nas creches que estão sujeitos a essa terceirização, e se existem mecanismos eficientes para avaliação do controle da qualidade do ensino, também de forma comparativa com as creches de outras unidades. O Secretário FERNANDO comenta que também acha a estratégia da terceirização bem interessante, e com relação a educação infantil, 15% encontra-se na rede direta e 85% na rede parceira/conveniada. Com relação à qualidade, vários aspectos são visados para realizar esse levantamento, como a prestação de contas das entidades, buscando a universalização desses dados em um único sistema, e um acompanhamento das questões preditivas (espaços adequados e eficientes para um bom atendimento das crianças). Destaca também a adequada formação dos educadores das unidades indiretas, para que eles sejam aptos ao desenvolvimento do ensino adequado, entre outros medidores. Como alternativa ao não alcance da qualidade de ensino por meio desses critérios objetivos, prevê-se o descredenciamento da unidade.

Outras dúvidas referentes ao ensino remoto nesse período pandêmico são conversadas, sendo agradecida a participação do Secretário na reunião de hoje.

Passando ao primeiro ponto da pauta, a respeito da educação infantil, a Dra. ALESSANDRA fala sobre as planilhas contendo as informações a respeito da temática, produzidas na última reunião, mas que se encontram com informações faltantes para se seguir com os debates, principalmente ligadas ao percentual de crianças atendidas e o percentual que aguardam em filas de espera. Também, dentro do regime de colaboração, foi destacado o apoio do governo estadual para os planos de construção. A AROM e a UNDIME são indicadas para dar prosseguimento nesse ponto.

A Sra. CELENE, representando a AROM, pede desculpas pela ausência do Presidente Célio Lang, e informa que um questionário foi enviado, visando sistematizar as informações colhidas dos municípios para facilitar as respostas da série de perguntas indicadas. Destaca que o nível de informação precisa ser melhorado, mas que alguns pontos já podem ser discutidos, visto que conseguir a participação de todos os 52 municípios também é um desafio, além de sistematizar todos os dados colhidos.

A Dra. ALESSANDRA agradece a colaboração da AROM, mas destaca que ainda são necessárias as informações a respeito das crianças entre 0 e 5 anos, demonstrando o percentual de atendimento e o percentual em fila de espera, resultando na ampliação das vagas e uma colaboração maior entre Estado e municípios. A prof.^a RITA se põe à disposição para ajudar na análise dos dados colhidos.

A Sra. LUSLARLENE informa que foram enviados dois questionários aos municípios, um complementando o outro, e que as informações ainda precisam ser sistematizadas, como apontado pela Sra. Celene. Esses dados serão apresentados na próxima reunião, de forma unificada. Como ainda não há um diagnóstico preciso, a Sra. CELENE informa que o questionário será aprimorado, e que os dados serão mais bem especificados. A Dra. ALESSADRA ressalta a necessidade de se ter critérios objetivos, gerando esse diagnóstico mais preciso.

É passada a palavra ao Secretário SUAMY, que, após cumprimentar os presentes, fala sobre a reunião com os Secretários Municipais e Prefeitos ocorrida dias atrás, onde também foi abordada a questão do plano de construções de forma colaborativa. Os municípios têm procurado o apoio do Estado e este vem verificando como pode ajudá-los. Destaca que o regime de colaboração não corresponde a entrega de escolas para o município, mas trabalhar em conjunto com as cidades. Fala ainda sobre os projetos de salas da SEDUC, e que as prefeituras possuem engenheiros em suas bases, gerando economicidade nas etapas para construções dos edifícios. Através de um diálogo livre, os municípios falam do que precisam, e o Estado dispõe as formas de apoio. Traz também a temática das escolas no campo, que se encontram com estruturas precárias e/ou sem estrutura.

A Sra. MARTA pede a palavra e fala que, como a licitação para aquisição dos tablets já se encontra em andamento e boa parte dos municípios não informaram a quantidade requerida, esperarão até segunda-feira para esse dado ser repassado, e então darão seguimento à solicitação. A Sra. LUSLARLENE informa que essa

informação foi passada aos municípios, e que alguns já estão fazendo a aquisição desse equipamento de forma direta, não entrando com o pedido junto com o Estado. Os que farão a ata de registro de preços em conjunto já se manifestaram, mas ela falará novamente sobre isso, informando o prazo para envio das informações. Agradece todo o apoio que vem sendo dado, principalmente por parte da SEDUC, representada na pessoa do Secretário Suamy.

A seguir, passa-se ao segundo ponto da pauta, a respeito da conectividade, já iniciado pela Sra. Marta, a Dra. ALESSANDRA traz a novidade, por parte do governo federal, da lei que garante o acesso da internet para alunos e professores, com fins educacionais, sendo repassado um montante aos Estados para que promovam essa iniciativa, tanto na espera estadual quanto municipal, visando-se a universalização da internet.

Em específico para esse ponto da pauta, ficou acordado o levantamento do quantitativo de alunos para aquisição dos equipamentos (adesão ao registro de preços do processo licitatório), o levantamento do quantitativo de professores e alunos das redes municipais em função da negociação do *megabit*, estratégia discutida anteriormente, e a respeito da negociação para pagamento do pacote entre a SEDUC e a AROM.

O Sr. WANDERLEI se manifesta para trazer atualizações sobre o valor a ser cobrado: acordou-se com as operadoras o valor de R\$ 0,01 (um centavo) por aluno/*megabit* + R\$ 0,50 (cinquenta centavos) por aluno/aplicativo, um gasto mensal. Mas como falado pela Sra. Marta, se faz necessário ainda o quantitativo de usuários para se fazer o pregão de aderência ao aplicativo, frisando que é essencial se dimensionar o quantitativo de alunos.

A Secretária GLAUCIA traz informações sobre o município de Porto Velho, e as alternativas que vêm sendo buscadas a respeito da conectividade. Em contato com uma empresa de Pernambuco, destaca o projeto "Conecta", onde há um acesso exclusivo apenas para conteúdo educacional através de um *chip* multioperadora, com internet de 4.5G, regras de acesso e filtro de conteúdo. O custo operacional gira em torno de R\$ 29,90 para 3G. Mas como destacado pela SEDUC que 1G já atenderia as necessidades, o custo é de R\$ 12,40 por aluno/mês.

A Sra. MARTA sugere que, para a coleta dos dados faltantes, poderia ser utilizado o censo escolar realizado. Informa também que o quantitativo de professores já foi levantado, por causa da vacinação que vem ocorrendo, então se utilizaria os dados do censo apenas para quantificar o total de alunos. O Presidente PAULO CURTI informa que a utilização do censo só é possível em casos excepcionais, sendo a regra a informação específica sobre o que será licitado. Sugere que seja procurado o órgão competente para este controle. A Dra. IVONETE vem para corroborar o mesmo posicionamento exposto pelo Presidente, sendo temerário utilizar os dados do censo. Fala também um pouco sobre a lei informada no início do debate pela Dra. Alessandra, referente à destinação do valor a ser disponibilizado. A Sra. LUSLARLENE informa que, após a reunião, já entrará em contato com os Secretários para solicitar as informações indicadas, tanto referente ao censo quanto ao número de alunos cadastrados no programa "Cadúnico".

O Secretário SUAMY traz a perspectiva da compra a mais dos aparelhos, pensando em momentos onde o objeto possua falhas ou outros problemas/mudanças, buscando corrigir o problema o quanto antes e o aluno não ficar sem suporte. Necessário pensar nessa margem para reposição, ter-se uma reserva técnica disponível.

O Sr. WANDERLEI pede a palavra e traz a informação de que a internet via satélite começará a ser implantada para as escolas, nas localidades onde ainda não tem, a partir de segunda-feira. Começará pelo município de Ji-Paraná, visando principalmente as zonas rurais.

O Dr. ISMAR inicia o último ponto da pauta, a respeito das comissões que acompanharão o retorno da atividade educacional presencial. O Sr. VALMIR começa sua fala dispendo a respeito do Ofício produzido na última reunião, com o objetivo de reforçar a constituição das comissões e a publicação dos decretos municipais. Esclarece que, após a expedição do documento pelo GAEPE, sendo uma medida bastante assertiva, teve-se um resultado muito produtivo, com a participação mais ativa dos municípios: 41 deles encontram-se com decretos e comissões constituídas.

Quanto ao questionário a ser aplicado pelas comissões, uma validação deverá ser feita, além de alguns ajustes. Sugere também trazer mais pessoas para essa estratégia, para especificar melhor o questionário.

Com relação a capacitação das comissões, por conta do entrave no questionário e algumas outras definições, ela ainda não foi iniciada, mas pretende-se, a partir da semana do dia 21, iniciar uma formação interna para a comissão responsável, e a partir da semana do dia 28 iniciar a formação com as comissões municipais.

A Sra. LUSLARLENE informa que uma avaliação de aprendizado vem sendo feita entre os alunos, pretendendo-se o retorno das aulas presenciais no próximo mês, após o período de férias.

A Dra. FLAVIA se manifesta para sugerir a inclusão, dentro das comissões municipais, de pessoas estrategicamente envolvidas no Programa Saúde na Escola (PSE), sendo sugerido também a participação da Sra. Inês (Maria Inês Alves Fernandes, coordenadora do PSE) em uma das reuniões do GAEPE para apresentação dessa iniciativa. A Dra. ALESSANDRA sugere a participação da Sra. Inês na próxima reunião e todos concordam.

Finaliza-se a reunião do dia com agradecimentos e elogios.

2) O que ficou deliberado

A respeito dos pontos de pauta tratados hoje, foram sugeridos como encaminhamentos, de modo a subsidiar o aprofundamento das discussões na próxima reunião:

- Prazo maior para AROM e UNDIME levantarem os dados solicitados referentes à Educação Infantil, com o nível de detalhamento discutido durante a reunião (números absolutos e os percentuais de crianças atendidas, além dos números da fila de espera);
- Pedido à AROM e UNDIME que exortem os Municípios a informar o quantitativo de usuários (alunos e professores), a fim de possibilitar à SEDUC instruir o processo licitatório de aquisição de equipamentos, aplicativo e pacote de dados.

Ficou marcada nova reunião para o dia 25/06/2021, às 14h (quatorze horas).

Nada mais havendo a ser tratado, foi então lavrada a presente ata por mim, Edilis Alencar Piedade, Analista Administrativa do TCE-RO, matrícula n. 321. O referido é verdade e dou fé.



Documento assinado eletronicamente por **EDILIS ALENCAR PIEDADE, Analista**, em 28/06/2021, às 15:07, conforme horário oficial de Rondônia, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e do art. 4º da [Resolução TCERO nº 165, de 1 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.tce.ro.gov.br/validar>, informando o código verificador **0306585** e o código CRC **CA7A3BF1**.